

C. J. J. J.

Relatório de Prestação e Contas de 2017

Centro Social e Paroquial de Santo Estevão



Índice

Anexo.....	7
Introdução.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Políticas Contabilísticas	9
3.1. Vida útil dos Ativos Fixos	9
3.2. Ativos Fixos Tangíveis.....	9
3.3. Existências	10
3.4. Instrumentos Financeiros	10
3.4.1. Caixa e depósitos bancários	10
3.4.2. Créditos a receber.....	11
3.4.3. Créditos a pagar.....	11
3.5. Estado e Outros Entes Públicos	11
3.6. Eventos subsequentes	11
4. Caixa e Depósitos Bancários	11
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6. Rédito	12
8. Benefícios dos Empregados	13
9. Investimentos Financeiros.....	14
10. Diferimentos.....	14
11. Fundos Patrimoniais	14
12. Fornecedores	15
13. Estado e outros Entes Públicos.....	15
14. Outras Contas a Pagar	15
15. Fornecimentos e Serviços Externos.....	16
16. Outros Rendimentos e Ganhos.....	16
17. Outros Gastos e Perdas.....	17
18. Custo das Matérias Consumidas.....	17
19. Gastos de Depreciação e Amortização	18
20. Clientes.....	18
21. Inventários.....	18
22. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais.....	18

J.
M. S. S.

23. Acontecimentos após data de Balanço 19

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STO ESTEVÃO

Moeda: EUR

Contribuinte: 502384263

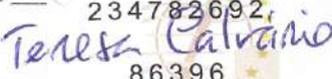
Balço Contabilístico em 15 de 2017

Rubricas	Notas	2017	2016
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		30 970,85	32 327,94
Investimentos financeiros		454,15	251,29
Subtotal		31 424,80	32 579,23
Ativo corrente			
Inventários		1 214,30	623,55
Clientes		0,00	46,13
Estado e outros entes públicos		452,20	344,22
Diferimentos		592,30	685,79
Caixa e depósitos bancários		51 808,87	28 895,34
Subtotal		54 067,67	28 795,03
Total do ativo		85 492,47	61 374,26
C A P I T A L P R Ó P R I O E P A S S I V O			
Capital Próprio			
Capital subscrito		29 107,52	29 107,52
Resultados transitados		-80 012,85	30 563,20
Outras variações no capital próprio		95 280,00	95 280,00
Subtotal		44 374,67	154 950,72
Resultado líquido do período		7 738,58	-110 576,29
Total do capital próprio		52 113,25	44 372,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar		23 347,79	8 696,25
Subtotal		23 347,79	8 696,25
Passivo corrente			
Fornecedores		2 290,90	244,27
Estado e outros entes públicos		2 088,63	2 089,36
Financiamentos obtidos			
Outros Passivos correntes		5 651,90	5 971,93
Subtotal		10 031,43	8 305,56
Total do Passivo		33 379,22	17 001,83
Total do capital próprio e do passivo		85 492,47	61 374,26

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/ Gerência 

O Contabilista Certificado

234782692

 86396

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STO ESTEVÃO

Moeda: EUR

Contribuinte: 502384263

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2017

(ME)

Conta	Rendimentos e Gastos		Notas	2017	2016
Pos	Neg				
7172		Vendas e serviços prestados		64 320,38	59 771,40
75		Subsídios à exploração		85 273,26	88 922,15
73		Variação de inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61		Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-41 297,47	-38 307,44
62		Fornecimentos e serviços externos		-20 319,09	-17 830,77
63		Gastos com pessoal		-120 187,35	-104 127,63
782	65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
783	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos		41 826,71	42 571,00
68		Outros gastos		-516,03	-140 505,15
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 096,41	-109 506,64
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 357,29	-1 495,80
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 741,12	-111 002,24
79	69	Gasto de Financiamento (líquidos)		0,00	423,95
		Resultado antes de impostos		7 741,12	-110 578,29
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		7 741,12	-110 578,29

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

234782602
 Teresa Carvalho
 86396

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTO ESTEVÃO - 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo			
+ Recebimentos de Clientes/Utentes		75.815,84	74.082,15
- Pagamentos a fornecedores		-69.877,98	-69.267,51
- Pagamentos ao PESSOAL		-77.548,02	
Caixa gerada pelas operações:		-71.610,17	4.814,65
-/+ Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento			
+/- Outros Recebimentos/Pagamentos		96.523,70	
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):		24.913,53	4.814,65
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Activos fixos tangíveis			
- Activos intangíveis			
- Investimentos financeiros			
- Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
+ Activos fixos tangíveis			
+ Activos intangíveis			
+ Investimentos financeiros			
+ Outros activos			
+ Subsídios ao investimento			
+ Juros e rendimentos similares			
+ Dividendos			
Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
+ Financiamentos obtidos			
+ Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
+ Cobertura de prejuízos			
+ Doações			
+ Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamentos obtidos			
- Juros e gastos similares			
- Dividendos			
- Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
- Outras operações de financiamento			
Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		24.913,53	4.814,65
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.895,34	59.820,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	51.808,87	26.895,34
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		24.913,53	-32.924,89

A Administração/Gerência



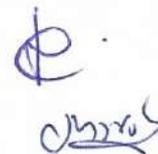
O Contabilista Certificado



 Nº 234782692-1

Teresa Catarina

86396



Anexo

Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e relato financeiro.

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Regional da Segurança Social, como Instituição Particular de Solidariedade Social, com o número de identificação fiscal nº 502 384 263, com sede na Avenida 1º de maio nº 24, União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo. Tem como objeto social, o apoio social para pessoas idosas sem alojamento. Foi constituída a 05 de novembro de 1990, encontrava-se com duas valências, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

No ano de 2017 as demonstrações financeiras do exercício corrente foram elaboradas, em todos os seus aspetos materiais, de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilístico e respetivas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Assim as demonstrações elaboradas foram as seguintes: Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de março e com as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho.

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro possível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. As demonstrações financeiras estão consistentes, quer a nível da



apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Sendo assim desta forma proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram respeitando assim o princípio da periodização económica, satisfazendo as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou recebimento, sendo registados contabilisticamente como regularizações e ajustamentos, e posteriormente relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas da rubrica 2722 - “Devedores e credores por acréscimos de gastos” e rubrica 281 - “Diferimentos”.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, sendo que a materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras. Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística.



3. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se seguem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas neste exercício económico.

As demonstrações financeiras do Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das demonstrações.

3.1. Vida útil dos Ativos Fixos

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para o seu uso, devendo ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação da vida útil dos elementos que compõem o ativo fixo, do método de depreciação/amortização a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do seu fim de vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa dos sócios, para os ativos e demais negócios em questão.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis afetos à entidade da empresa, quer para fins de distribuição, administrativos ou outros, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação

P.
Outros

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, assim que os bens estão em condições de ser utilizados no local pretendido e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras Construções	10
Equipamento básico	7 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. As mais e menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.3. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para colocar o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. As quantidades existentes no final do exercício foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

3.4. Instrumentos Financeiros

3.4.1. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



3.4.2. Créditos a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal deduzido de quaisquer eventuais perdas por imparidade. Caso estas se verificarem procede-se ao respetivo ajustamento em resultados.

3.4.3. Créditos a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – CIRC, estão isentos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas: “As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”. Pelo que, os rendimentos referidos encontram-se isentos de imposto.

3.6. Eventos subsequentes

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não chegaram ao conhecimento da empresa acontecimentos que alterem as condições existentes naquela data.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Os fluxos de caixa, à data de 31 de Dezembro de 2017, apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Numerário	7 113,66	4 814,65
Depósitos bancários	44 695,21	22 080,59
	<u>51 808,87</u>	<u>26 895,24</u>



5. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Assim a 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta era o seguinte:

	Edifícios e outras Constr.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Total
Activos					
Saldo inicial	185 620,78	56 433,82	26 314,13	1 881,36	270 250,09
Aquisições					
Saldo final	185 620,78	56 433,82	26 314,13	1 881,36	270 250,09
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	17 832,34	20 589,24	26 314,13	1 271,09	66 006,80
Depreciações do exercício	977,66	147,75	-	231,88	1 357,29
Saldo final	18 810,00	20 736,99	26 314,13	1 502,97	67 364,09
Activos líquidos	166 810,78	35 696,83	-	378,39	202 886,00

6. Rédito

Para o período de 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

	2017	2016
Centro de Dia	14 184,55	12 760,82
Serviço Apoio Domiciliário	50 135,83	47 010,58
Subsídios	85 273,26	88 922,15
Serviços Sociais	16 965,77	19 382,11
Protocolos de Cooperação	2 200,00	4 181,81
Donativos	3 786,25	8 331,91
Diversas Atividades (festas)	14 580,31	6 075,77
Outros Rendimentos	4 291,84	4 599,40
	191 417,81	191 264,55

7. Subsídios, Doações e outros Legados à Exploração

A 31 de dezembro de 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros entes Públicos”. Os subsídios de outras entidades correspondem a subsídios atribuídos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, na sequência de candidaturas ao programa de “Medidas Emprego - Inserção”.

Estado	2017	2016
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Centro de Dia	15 942,24	15 613,92
Apoio Domiciliário	67 293,60	65 910,24
Total	83 235,84	81 524,16
Outras Entidades		
I.E.F.P.	2 037,42	7 397,99
Total	2 037,42	7 397,99

8. Benefícios dos Empregados

O número médio de funcionários durante o período foi de 11. Os gastos que a Entidade suportou foram, nomeadamente, as remunerações, o subsídio de férias, o subsídio de natal, encargos sobre as remunerações, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho. Este fundo caracteriza-se pela sua autonomia, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

	2017	2016
Remunerações do pessoal	99 903,46	87 051,14
Encargos sobre remunerações	19 776,84	15 965,70
Indemnizações	-	585,5
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	490,51	516,02
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	16,54	9,52
	120 187,35	104 127,83

9. Investimentos Financeiros

Esta rubrica contém todos os ativos financeiros relacionados com aplicações financeiras, nomeadamente, o Fundo de Compensação do Trabalho. Este é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

	2017	2016
Não correntes:		
Fundo de compensação do trabalho	454,15	251,29
	<u>454,15</u>	<u>251,29</u>

10. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Diferimentos” englobava todos os gastos a reconhecer no exercício seguinte, nomeadamente os gastos suportados com os seguros das viaturas e os seguros de acidentes de trabalho.

	2017	2016
Gastos a reconhecer	592,30	685,79
	<u>592,30</u>	<u>685,79</u>

11. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	2017	2016
Fundos	29 107,52	29 107,52
Resultados Transitados	(80 012,85)	30 563,20
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	95 280,00	95 280,00
Subtotal	44 374,67	154 950,72
Resultado Líquido do Período	7 738,58	(110 578,29)
Total do Fundo de Capital	<u>52 113,25</u>	<u>44 372,43</u>

12. Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” à data de 31 de dezembro de 2017, encontra-se discriminada da seguinte forma:

	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	2 290,91	244,27
	<u>2 290,91</u>	<u>244,27</u>

13. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e outros Entes Públicos” encontra-se decomposta entre Ativo e Passivo. No ativo está o Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA, nomeadamente 50% do imposto suportado na aquisição de bens e serviços por parte da Entidade. Já no Passivo estão as contribuições para a Segurança Social.

	2017	2016
Ativo		
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)	452,20	344,22
	<u>452,20</u>	<u>344,22</u>
Passivo		
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	97,00	-
Segurança Social	1 991,63	1 990,38
	<u>2 088,63</u>	<u>1 990,38</u>

14. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” regista o saldo resultante dos credores por acréscimo de gastos, nomeadamente, as férias e subsídio de férias dos funcionários da Instituição. De salientar que este aumento deve-se essencialmente ao acréscimo de gastos com o pessoal, nomeadamente o regime da periodização económica, que obriga a reconhecer os acontecimentos e transações no período em que estes ocorram, assim as férias e subsídio de férias sendo reconhecido o direito no ano seguinte, são um gasto do período corrente.

	2017	2016
Remunerações a liquidar	-	-
Outros Credores	8 696,25	8 696,25
	<u>8 696,25</u>	<u>8 696,25</u>

15. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” no período de 2017 foi a seguinte:

	2017	2016
Trabalhos especializados	1 243,98	1 058,07
Honorários	1 364,50	1 040,00
Conservação e Reparação	1 184,62	1 177,57
Serviços bancários	14,00	14,00
Ferramentas e utensílios desg.rápido	1 658,42	1 202,19
Material de escritório	473,76	518,36
Electricidade	3 671,31	3 648,55
Combustíveis	5 177,54	4 501,35
Água	823,35	731,47
Deslocações e estadas	3,96	103,95
Outros	148,09	-
Comunicação	977,09	707,98
Seguros	821,73	823,92
Descontos e Abatimentos	-	68,54
Limpeza, higiene e conforto	2 756,74	2 234,82
	20 319,09	17 830,77

16. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” está constituída por todos os rendimentos que a Instituição obteve além dos anteriormente referidos, tais como, a restituição de impostos (IVA suportado na aquisição de bens e serviços), os protocolos de cooperação que mantem com outras Instituições, etc.

	2017	2016
Serviços Sociais - parceria Ass. Social	13 719,77	13 282,37
Serviços Sociais - refeições	3 246,00	6 099,74
Protocolos de Cooperação	2 200,00	4 181,81
Descontos obtidos	1,55	3,64
Correções períodos anteriores	-	79,57
Reembolso Iva	1 412,69	1 949,31
Donativos	3 786,25	8 331,91
Transporte de Utentes	1 178,15	1 489,28
Serviços Diversos	125,00	90,15
Diversas Atividades	14 580,31	6 075,77
Consignação IRS	1 574,45	987,45
	41 824,17	42 571,00

17. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas”, reflete os gastos suportados, com impostos, quotizações para a União Distrital das Instituições Particulares de Segurança Social, bem como o protocolo estabelecido com a Diretora Técnica.

	2017	2016
Impostos	73,80	44,52
Taxas	444,23	381,06
Quotizações	-	79,57
Donativos	-	140 000,00
	518,03	140 505,15

18. Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas, é calculado tendo por base, as existências iniciais que são as existências finais do período anterior, acrescidas das compras efetuadas no período e deduzindo as existências finais a 31 de dezembro do período em questão. Assim o custo das matérias consumidas encontra-se refletido no seguinte quadro:

	2017			
	Mercadorias	Matérias Primas	Outros	Total
Saldo inicial	-	823,55	-	823,55
Compras	-	41 688,22	-	41 688,22
Saldo final	-	1 214,30	-	1 214,30
Custo das mat. consumidas	-	41 297,47	-	41 297,47

	2016			
	Mercadorias	Matérias Primas	Outros	Total
Saldo inicial	-	-	-	-
Compras	-	39 130,99	-	39 130,99
Saldo final	-	823,55	-	823,55
Custo das mat. consumidas	-	38 307,44	-	38 307,44

19. Gastos de Depreciação e Amortização

Os gastos de depreciação e amortização no período de 2017, foram os seguintes:

	2017	2016
Edifícios e outras Construções	977,66	977,66
Equipamento Básico	147,75	147,75
Equipamento Administrativo	231,88	370,19
Activos Fixos Tangíveis	1 357,29	1 495,60

20. Clientes

A rubrica “Clientes” a 31 de dezembro de 2017 apresentava o seguinte saldo:

	2017	2016
Clientes	-	46,13
	-	46,13

21. Inventários

Os Inventários foram mensurados pelo método do custo. A 31 de dezembro de 2017, esta rubrica apresentava o seguinte saldo:

	2017	2016
Matéria Prima	1 214,30	-
	1 214,30	-

22. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

23. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 21 de Março 2018.

Vale de Prazeres, 21 de Março 2018.

A Direção



O Contabilista Certificado



C.
2017/18

Relatório de Gestão

Por cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-mos à apreciação de V. Ex.ª, o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017.

O Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, presentemente, centra em si as valências de Centro de Dia com capacidade de resposta para 12 utentes e o Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade de resposta para 29 utentes.

Síntese da Atividade

Durante o período de 2017, foram reconhecidas prestações de serviços, que incluem o Centro de Dia e o Apoio Domiciliário.

Prestações de Serviços	2017	2016
Centro de Dia	14.184,55	12.760,82
Apoio Domiciliário	50.135,83	47.010,58
Total	64.320,38	59.771,40

De destacar o aumento dos rendimentos no Serviço de Apoio Domiciliário em relação ao período anterior, bem como um aumento de rendimentos do Centro de Dia. No global houve um aumento de rendimentos em 7,61% em relação ao período de 2016.



No que aos gastos do período de 2017 respeita, a Instituição suportou na totalidade 183.679,23 euros, referentes ao custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, gastos de depreciação e amortização e outros gastos referentes a impostos pagos ao Estado, tal como o Imposto Municipal sobre Imóveis e taxas diversas.

Gastos	2017	Peso nos Gastos	2016	Peso nos Gastos
Custo das Matérias Consumidas	41.297,47	22,48%	38.307,44	12,67%
Fornecimentos e S. Externos	20.319,09	11,06%	17.830,77	5,90%
Gastos com Pessoal	120.187,35	65,43%	104.127,83	34,45%
Gastos de Deprec./Amort.	1.357,29	0,74%	1.495,60	0,49%
Outros Gastos	518,03	0,28%	140.505,15	46,48%
Total	183.679,23		302.266,79	

Os Gastos Operacionais ascenderam a 183.161,20 euros, tendo para isso contribuído de forma mais significativa os gastos com o pessoal que representaram 66% dos gastos operacionais, salientando que este aumento deve-se na sua íntegra ao acréscimo de gastos com o pessoal, nomeadamente o regime da periodização económica, que obriga a reconhecer os acontecimentos e transações no período em que estes ocorram, assim as férias e subsídio de férias sendo reconhecido o direito no ano seguinte, são um gasto do período corrente.

Os fornecimentos e serviços externos englobam a terceira rubrica que mais peso tem nos gastos, e que importa discriminar para tornar possível a compreensão e natureza dos mesmos na atividade operacional da Instituição.

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016	Variação	%
Trabalhos especializados	1.243,98	1.058,07	185,91	17,57%
Honorários	1.364,50	1.040,00	324,50	31,20%
Conservação e Reparação	1.184,62	1.177,57	7,05	0,60%
Serviços bancários	14,00	14,00	0,00	0,00%
Ferramentas e utensílios desg.rápido	1.658,42	1.202,19	456,23	37,95%
Material de escritório	473,76	518,36	-44,60	-8,60%
Electricidade	3.671,31	3.648,55	22,76	0,62%
Combustíveis	5.177,54	4.501,35	676,19	15,02%
Água	823,35	731,47	91,88	12,56%
Deslocações e estadas	3,96	103,95	-99,99	-96,19%
Rendas de imóveis	148,09	-	148,09	-
Comunicação	977,09	707,98	269,11	38,01%
Seguros	821,73	823,92	-2,19	-0,27%
Descontos e Abatimentos	-	68,54	-68,54	-
Limpeza, higiene e conforto	2.756,74	2.234,82	521,92	23,35%
Total	20.319,09	17.830,77	2.488,32	13,96%

De salientar que apenas três rubricas, nomeadamente, o material de escritório, as deslocações e estadas e os seguros registaram um decréscimo, evoluindo em sentido oposto todos os outros gastos suportados pela Instituição.

Subsídios

Neste campo, encontram-se registadas todas as verbas relativas aos subsídios recebidos, nomeadamente por parte do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ao abrigo de diversos acordos de cooperação e participação, para a valência do Centro de Dia e do Serviço de Apoio Domiciliário. Foram igualmente reconhecidos subsídios por parte do Instituto



de Emprego e Formação Profissional relativos a candidaturas ao programa “Medida Emprego-Inserção”. Neste sentido, estes rendimentos sofreram um decréscimo de 4% em relação ao período anterior.

Subsídios	2017	2016
Centro de Dia	15.942,24	15.613,92
Apoio Domiciliário	67.293,60	65.910,24
I.E.F.P.	2.037,42	7.397,99
Total	85.273,26	88.922,15

Outros Rendimentos

Por sua vez esta rubrica registou um decréscimo de 1,75% em relação ao período anterior por força do decréscimo de rendimentos ao nível dos serviços sociais prestados, nomeadamente um decréscimo de 47% no caso das refeições servidas a não utentes do centro, um decréscimo igualmente no valor dos donativos recebidos em 55%. Em sentido oposto e registando um crescimento de 140%, face ao período homólogo, as “diversas atividades” (festas para angariação de fundos), que refletem a união e a força daqueles que querem ajudar a Instituição.

Outros Rendimentos	2017	2016
Serviços Sociais - Assistente Social	13.719,77	13.282,37
Serviços Sociais - Refeições	3.246,00	6.099,74
Protocolos de Cooperação	2.200,00	4.181,81
Reembolso IVA	1.412,69	1.949,31
Donativos	3.786,25	8.331,91
Diversas Atividades	14.580,31	6.075,77
Transporte Utentes	1.178,15	1.489,28
Consignação IRS	1.574,45	987,45
Outos Rendimentos	126,55	173,36
Total	41.824,17	42.571,00

Resultados

O Resultado Líquido do Período foi de 7.738,58 euros.

Resultados	2017	2016
Resultado de Exploração	9.095,87	-109.506,64
Resultado Operacional	7.738,58	-111.002,24
Resultado Líquido do Período	7.738,58	-110.578,29



Perspetivas Futuras

Seguindo as linhas orientadoras do Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, pretende-se que no ano de 2018, exista a possibilidade de aumentar o resultado líquido, dando continuidade à melhoria dos serviços prestados aos utentes.

Pretende-se também com a implementação de um sistema rígido de controlo de custos, ao nível da aquisição de bens de consumo e a sua posterior utilização, procedendo a uma avaliação e seleção de fornecedores, ajustamento das ementas em função das necessidades de cada utente, bem como no modo de confeção dos alimentos.

Finalmente, há que salientar a ajuda permanente de alguns membros dos órgãos sociais, que a título voluntário, contribuem para que muitos destes objetivos possam ser alcançados sem custos para a Instituição. Com estas medidas é objetivo atingir um equilíbrio ao nível dos gastos operacionais, melhorando o nível de qualidade dos serviços prestados aos utentes.

Relatório Anual do Contabilista Certificado

Face à exigência legal das contas da Instituição Particular de Segurança Social, estas passaram a ser assinadas pelos Contabilistas Certificados com inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados.

Dado que os contabilistas são legalmente responsáveis pela regularidade técnica e fiscal das contas que assinam e dado que a deteção de irregularidades em contas assinadas por Contabilistas Certificados está sujeita aos estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados para efeitos disciplinares. As contas relativas ao período de 2017 foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de março e com as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho.

De entre outros, foram executados os seguintes procedimentos:

1. Organização e acompanhamento da gestão, em conformidade com os preceitos legais, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência da gestão financeira adotada pela Direção;
3. Execução de testes de conformidade julgados convenientes;
4. Execução e análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes:
 - a. Execução e análise das conciliações das contas bancárias em nome do Centro Social e Paroquial de Santo Estevão;
 - b. Execução, análise e teste de elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

Em consequência do trabalho efetuado, merecem aprovação o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e respetivos mapas anexos, referentes ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, dado em meu entender, satisfazer os requisitos legais. Quero ainda salientar a disponibilidade e boa vontade demonstrada pelos funcionários e membros da direção da Instituição, ao prestar informação necessária ao desempenho das minhas funções.

Fundão, 21 de março de 2018.

Teresa Paula Ponciano Calvário

CC 86396

234782692
Teresa Calvário
86396

Aprovado em reunião ordinária da Assembleia Geral, realizada na sede do Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, em 18 de março de 2018.

